

• Política

CONSTITUINTE

Amato defende emenda da livre iniciativa no plenário da Comissão

por Zanoni Antunes de Brasília

Manutenção e fortalecimento da economia de mercado, aperfeiçoamento do regime da livre empresa e a delimitação do campo de ação do Estado na economia foram os principais assuntos da exposição do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, que defendeu ontem, no plenário da Constituinte, a emenda aditiva pela livre iniciativa inscrita pela FIESP e por várias entidades empresariais.

CAPITAL ESTRANGEIRO

O presidente da FIESP disse — ao analisar o item da emenda que trata da livre associação de capital — que para se pensar num Brasil moderno, em condi-

ções de participar de uma economia cada vez mais internacionalizada é preciso que a futura Constituinte elimine os entraves à economia competitiva de mercado e estabeleça os princípios normativos que assegurem o regime da livre concorrência.

"Para tanto", explicou o empresário, "há de se conter a tendência da regulamentação e desimpedir o caminho da liberdade de empreender, de tomar iniciativa, de correr risco, de optar conforme a sua vocação, de se associar e agir dentro das regras de mercado."

"Nessas condições, não poderíamos jamais depreciar o papel da empresa brasileira de capital estrangeiro e do concurso dos investimentos externos", observou o presidente da FIESP.

PT poderá reavaliar posição sobre sistema

por Andrew Greenlees de Brasília

O PT poderá reabrir o debate interno sobre o sistema de governo que terá os dezesseis votos do partido na Constituinte. Ontem, a deputada federal Irma Passoni, de São Paulo, enviou ofício ao presidente nacional do PT, deputado Luiz Inácio Lula da Silva, solicitando a convocação do diretório nacional "com objetivo de rediscutir a posição do nosso partido referente ao sistema de governo". No início do ano, um encontro entre o diretório e a bancada federal aprovou, por pequena margem, o presidencialismo.

"Eu voto sem convicção", disse a deputada, para quem o assunto não foi discutido com a profundidade necessária e o fato de ser o tema central na Constituinte torna urgente a revisão. Ainda segundo Irma Passoni, alguns dos principais representantes do PT no Congresso são parlamentaristas, como o próprio Lula, o secretário geral Olívio Dutra e os depu-

tados Plínio de Arruda Sampaio e Paulo Paim.

A deputada pretende levantar a questão no encontro de toda a bancada federal petista no próximo dia 16, mas espera que, antes disso, a direção partidária se tenha manifestado sobre seu requerimento.

Depois de assegurar que votará conforme a decisão partidária, seja parlamentarista ou não, Irma Passoni informou que reunirá todas as propostas em torno deste sistema, desde a fórmula híbrida até o clássico, para apresentar ao debate. Pessoalmente, ela prefere um sistema em que o presidente da República seja eleito diretamente, mas tenha função de chefe de Estado, deixando as responsabilidades administrativas para o primeiro-ministro.

Dos partidos de esquerda na Constituinte, apenas o PDT apóia o presidencialismo de forma unânime. Enquanto o PCB, PC do B e PSB defendem o parlamentarismo, o PT dá sinais de divisão.

Quércia e Aparecido discordam sobre proposta

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

A realização de um plebiscito após a promulgação da nova Constituição — uma forma de pressão dos governadores pela manutenção do sistema presidencialista — foi criticada ontem por José Aparecido, governador do Distrito Federal, embora ele também seja favorável ao presidencialismo.

"O plebiscito contraria inclusive a decisão da convenção nacional do PMDB, que deliberou por entregar aos constituintes a responsabilidade de decisão em relação ao sistema de governo e duração do mandato presidencial", disse José

Aparecido, que almoçou ontem com o governador de São Paulo, Orestes Quércia, no Palácio dos Bandeirantes.

Quércia voltou a defender a proposta e disse que "à Assembleia Nacional Constituinte cabe a decisão de escolher o sistema de governo e de aprovar o plebiscito", tema que estará em discussão na reunião de hoje entre dez governadores, em Florianópolis.

Sobre a reunião, Quércia e José Aparecido informaram que seu tema principal será a reforma tributária. Os governadores querem a manutenção do anteprojeto de Constituição no que diz respeito às verbas dos esta-

Parlamentaristas fazem acordo para emendar o texto de Cabral

por Andrew Greenlees de Brasília

O grupo parlamentarista reunido em torno dos senadores Afonso Arinos (PFL) e Nelson Carneiro (PMDB) concluiu ontem os entendimentos para a redação da emenda que apresentará ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral. O texto modifica especificamente o mecanismo de formação do governo e, entre os membros do grupo, há grande confiança no acolhimento, já que Cabral vem reafirmando sua posição de "parlamentarista por convicção", disposto a fazer ajustes na proposta.

Em almoço na residência do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), cerca de trinta parlamentaristas de diversos partidos chegaram a uma emenda que prevê a eleição direta do presidente da República, que indica o primeiro-ministro dentre os congressistas. Por maioria absoluta (metade mais um dos deputados) a Câmara pode rejeitar o nome; se não o fizer, o gabinete terá o mínimo de seis meses livre de moções de censura.

Caso a Câmara não aceite a indicação, o presidente faz nova escolha. Uma segunda rejeição transfere aos deputados a responsabilidade de escolher o primeiro-ministro, por maioria absoluta. Se a Câmara não conseguir este apoio, o presidente da República poderá dissolvê-la e convocar novas eleições parlamentares. O presidente tem ainda a possibilidade de destituir o gabinete "em casos excepcionais".

No atual projeto de Cabral, o presidente tem apenas uma oportunidade de indicar o primeiro-ministro. Quanto à competência do primeiro-ministro, os dois textos são iguais, destinando-lhe a chefia de governo. O senador Fernando Henrique

A preferência do PMDB

por Zanoni Antunes de Brasília

Uma pesquisa encomendada pelo líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, está contemplando o sistema parlamentarista de governo na preferência dos constituintes pamdebistas. Consultados até ontem 110 dos 303 parlamentares da bancada do partido na Assembleia Constituinte, 71 são a favor do parlamentarismo, 35 do presidencialismo e 4 são favoráveis a outros regimes de governo.

A pesquisa, iniciada há quinze dias, e que já aferiu 1/3 da opinião da bancada, está sendo distribuída aos constituintes na forma de um questionário; nele o parlamentar responde a três questões sobre o sistema de governo: parlamentarista, parla-

mentarista e outros. Segundo o deputado Luiz Henrique, a proporção pela preferência parlamentarista está de dois por um.

O resultado parcial dessa pesquisa poderá causar preocupação no governo, empenhado em manter o sistema presidencialista de governo. Ontem, o deputado Milton Reis, secretário-geral do PMDB, conversou com o presidente José Sarney durante 40 minutos. Reis deixou o palácio afirmando que o presidente defende o presidencialismo "não imperial".

Segundo o deputado, o presidente acha que se pode ter um sistema presidencialista de governo com um parlamento forte. Milton Reis adiantou que entre as formas de fortalecimento do Congresso está a devolução de algumas de suas

prerrogativas, como a emendar orçamentos, alterar decretos-leis e apresentar moção de desconfiança a ministros de Estado.

Milton Reis destacou ainda outro ponto importante desse novo presidencialismo em negociação: analisar as iniciativas do Executivo com relação à obtenção de empréstimos do exterior mediante aval do Congresso.

O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, acha que o movimento pelo sistema parlamentarista de governo está "maduro", mas ressaltou que a sua implantação não pode ser posta em termos de confronto. "Só se pode construir um regime que não sobresalte o Brasil e suas instituições se, isso acontecer mediante negociações", concluiu Luiz Henrique.

Cardoso criou nova expressão para classificar o sistema proposto pelo grupo: é o "parlamentarismo atualizado", já que se mantém a eleição direta para presidente da República. Na fórmula clássica, a eleição é feita pelo Congresso.

As negociações com outros grupos, no entanto, permaneceram paralisadas ontem. No almoço, formou-se uma comissão composta pelos senadores Afonso Arinos e José Richea, além do deputado Cid Carvalho, para entrarem em contato nos próximos dias com representantes do governo, em primeiro lugar, o presidente Sarney. "Não aceitaremos a deformação do parlamentarismo", avisava o deputado Egídio Ferreira Lima, um dos coordenadores da ala parlamentarista.

Mas, para tornar o sistema mais aceitável ao Planalto, na visão dos que se reuniram ontem, ficou acertada a proposta de introdução gradativa do parlamentarismo. Ou seja, o presidente passaria suas responsabilidades ao primeiro-ministro no decorrer dos meses seguintes à implantação, que deve ocorrer em março do próximo ano.

A exemplo do que havia feito na véspera, Sarney reafirmou ontem a deputada, em audiência, sua intenção de defender o presidencialismo clássico, com Congresso forte. Segundo o relato do repórter Edson Beú, também esteve no Planalto o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, levando a posição dos parlamentaristas de seu partido: o próximo presidente deve ser eleito diretamente

e, a partir de seu sucessor, a escolha seria feita pelo Congresso, dentro da fórmula clássica.

O senador explicou que, pela fórmula proposta, o primeiro presidente após Sarney ainda será eleito pelo voto direto, mas os seguintes seriam escolhidos via Congresso. Isso, de acordo com Chiarelli, seria em virtude da necessidade de um prazo para implantar o sistema também nos estados, onde passaria a existir a figura do 1º secretário.

Com a eleição via Congresso para a escolha do presidente, Chiarelli lembrou que a convenção partidária é que definirá praticamente quem será o presidente, uma vez que, obtida a maioria por determinado partido, já se sabe quem é o candidato e o futuro presidente.

Negociações dos grupos interpartidários esbarram em temas polêmicos

por Cecília Pires de Brasília

Os pontos mais polêmicos da atual Constituinte continuavam sem acordo ontem, entre os dois principais grupos que se forma-

ram para entabular negociações nesta etapa dos trabalhos, o "grupo do consenso", composto por progressistas do PMDB, os chamados "modernos" do PFL e pequenos partidos de esquerda, e o "grupo dos 32" de tendência moderada, também interpartidário. O sistema de governo não será objeto de negociação entre os dois grupos, pois em ambos há partidos como o PDT que fecharam posição em torno do presidencialismo.

Na questão da reforma agrária as negociações estavam suspensas, ontem. O "grupo de consenso" enfrentou algumas divergências dentro da própria esquerda, mas acabou de acordo em torno da manutenção da imissão de posse como ponto de honra. O deputado Roberto Freire, do PCB, é contrário à conversão dos títulos da dívida agrária em dinheiro como pagamento da indenização das terras desapropriadas, caso o proprietário ganhe recurso na Justiça, mas acabou sendo voto vencido dentro do grupo mais à esquerda que participa do "grupo do consenso".

A ala mais à esquerda, constituída pelo Movimento de Unidade Progressista (MUP) do PMDB, pelo PT, PDT, PC do B, PCB e PSB, que realiza reuniões em separado, decidiu que apresentará emendas próprias na questão da reforma agrária, tornando mais rígidos os critérios para a desapropriação, e propondo que a Constituição defina critérios para função social, o que não ocorre no substitutivo do relator Ber-

nardo Cabral. Derrotadas estas emendas, porém, o grupo decidiu que vai apoiar a fórmula apresentada pelo "grupo do consenso".

O "grupo dos 32" esperava reiniciar hoje entendimentos quanto a uma solução comum para a reforma agrária. Mas terá que enfrentar a resistência de muitos de seus integrantes, os mais conservadores, que não aceitam que a imissão de posse seja incluída na nova Carta. Na questão da educação, prosseguem ainda negociações.

O grupo do consenso ainda apresentará emendas próprias com relação à criação do tribunal constitucional, voto distrital e questão indígena. Os dois grupos fecharam acordo na questão da anistia, propondo a extensão a soldados, cabos e sargentos à anistia concedida pela Emenda nº 26 aos oficiais, sem reintegração dos cassados nem pagamento dos atrasados. Os marinheiros, ou seja, os punidos por atos administrativos, continuam fora da anistia. Também na questão das Forças Armadas, os dois grupos entraram em acordo restabelecendo o texto que prevalece desde o início das negociações, deixando de subordinar as Forças Armadas à decisão dos poderes constituídos.

No capítulo "Princípios gerais da economia" o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), coordenador do "grupo do consenso" disse que não houve acordo apenas na questão da definição de empresa nacional. O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) propôs que em vez de "brasileiros domiciliados no País", o texto fosse modificado para "pessoas jurídicas domiciliadas no País", o que o "grupo do consenso" não aceitou.